



SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Secretaria Executiva

Rua Boa Vista, 170 - 11º andar - São Paulo/SP - CEP 01014-000 - Tel (011) 3293-8200

1
2 **MINUTA**
3

4 **ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
5 **CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH**
6 **04 de Setembro de 2006 – Rua Boa Vista, 170 – Ed. Cidade I - Mezanino - São Paulo - SP.**
7
8

9 Aos 04 de setembro de 2006, às 14:00 horas, reuniram-se na Rua Boa Vista, nº 170 – Edifício
10 Cidade I, Mezanino, na cidade de São Paulo – São Paulo, os conselheiros, representantes e
11 convidados do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, para tratar das matérias
12 constantes em pauta, conforme estabelecido no Ofício Circular CRH nº 006/2006. Aberta a
13 reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros e representantes: **Mauro**
14 **Guilherme Jardim Arce**, Secretário de Estado da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e
15 Saneamento, Presidente do CRH, **Lúcia Bastos Ribeiro de Sena**, representando a Secretaria
16 do Meio Ambiente, **Sergio Seabra Santiago** representando a Casa Civil, **Viviana A. Nannini**
17 representando a Secretaria de Economia e Planejamento, **Carlos Nabil Ghobril** representando
18 a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, **Arnaldo Mauro Elmec** representando a
19 Secretaria da Saúde, **Oswaldo F. Rosseto Junior** representando a Secretaria dos
20 Transportes, **Sergio Queiroz** representando a Secretaria de Ciência, Tecnologia,
21 Desenvolvimento Econômico e Turismo, **Margaret Cruz** representando a Secretaria da
22 Educação, **Solange Guerra Bueno** representando a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer,
23 **Antonio Vaz Serralha** representando a Secretaria da Fazenda, **Paulo Sergio Correa Leite**
24 Prefeito Municipal de Ipaussu, **José Carlos Tallarico Junior** Prefeito Municipal de Capão
25 Bonito, **Marcelo Liochi** representando a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, **Barjas Negri**
26 Prefeito Municipal de Piracicaba, **Marco Antonio Vieira de Campos** Prefeito Municipal de
27 Iperó, **Waldemar Sandoli Casadei** Prefeito Municipal de Lins, **Fabiana Zanquetta de**
28 **Azevedo** representando a Prefeitura Municipal de Onda Verde, **Fernando Jesus Carmo**
29 representando a Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul, **José Alberto Gimenez** Prefeito
30 Municipal de Sertãozinho, **Antonio Marcio Ragni de Castro Leite** Prefeito Municipal de Ilha
31 Comprida, **João Carlos Forssell Neto** Prefeito Municipal de Itanhaém, **Anícia Aparecida**
32 **Baptistello Pio** representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP,;
33 **Luiz Sutti** representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP, **Hugo**
34 **Marcos Piffer Leme** representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de
35 Saneamento - ASSEMAE, **Ana Lia de Castro** representante da Associação das
36 Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON, **Benedito**
37 **Eduardo Barbosa Pereira** representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos -
38 ABRH, **Kasuyoshi Carlos Massuyama** representante da Associação Paulista de Empresas de
39 Consultoria em Saneamento –APECS, **Nelson Vieira** representante do Sindicato dos
40 Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SINTAEMA,
41 **Miron Rodrigues da Cunha** representante da Comissão de Defesa e Preservação da Espécie
42 e do Meio Ambiente - CDPEMA, **Marcelo Beserra** representante da Ordem dos Advogados do
43 Brasil - Seccional São Paulo – OAB/SP, **Luis Alberto Alves** representante da Federação dos
44 Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, **Paulo**
45 **Bezerril Júnior** representante do Instituto de Engenharia, **Nizar Qbar** representante da
46 Associação dos Engenheiros da SABESP – AESABESP, **Lauro Pedro Jacintho Paes**
47 representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo - AEASP,
48 **Arnaldo Pereira da Silva** representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e
49 Agronomia do Estado de São Paulo 6º Região – CREA – SP, **José Roberto Tricoli** Prefeito
50 Municipal de Atibaia e Presidente dos Comitês PCJ, **David Franco Ayub** Secretário Executivo
51 do CBH-ALPA, **Edson Geraldo Sabbag** Secretário Executivo dos CBHs AP e MP, **Márcio**
52 **Corrêa Ribeiro** Secretário Executivo do CBH-AT, **Cláudio Daher Garcia** Secretário Executivo
53 do CBH-BPG, **José Luiz Gava** Secretário Executivo do CBH-BS, **Luiz Otávio Manfré**



SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Secretaria Executiva

Rua Boa Vista, 170 - 11º andar - São Paulo/SP - CEP 01014-000 - Tel (011) 3293-8200

54 Secretário Executivo do CBH-BT, **Marcus Vinicius Lopes da Silva** Secretário Executivo
55 Adjunto do CBH-MOGI, **Carlos Eduardo Nascimento Alencastre** Secretário Executivo do
56 CBH-PARDO, **Luiz Roberto Moretti** Secretário Executivo do CBH-PCJ, **Oswaldo Massacazu**
57 **Sugui** Secretário Executivo do CBH-PP, **Edilson de Paula Andrade** Secretário Executivo do
58 CBH-PS, **Ney Akemaru Ikeda** Secretário Executivo do CBH-RB, **Antonio José Tavares**
59 **Ranzani** Secretário Executivo dos CBHs-SJD e TG, **Nazareno Mostarda Neto** Secretário
60 Executivo do CBH-SM, **Alex Veronezzi** Secretário Executivo Adjunto do CBH-SMG, **Jussara**
61 **de Carvalho** representando a Secretaria Executiva do CBH-SMT, **Braz Aureliano Biagioni**
62 **Passalacqua** Secretário Executivo do CBH-TJ, **José Teixeira Filho** representante da
63 Universidade de Campinas – UNICAMP, **Ricardo Daruiz Borsari** Superintendente do
64 Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e Secretário Executivo do CRH, **Rui Brasil**
65 **Assis** Coordenador de Recursos Hídricos da SERHS e Secretário Executivo do Conselho de
66 Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO, **Otavio Okano** Diretor
67 Presidente da Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, **Enéas Oliveira de**
68 **Siqueira** representante da Cia. de Saneamento Básico do Est. de São Paulo – SABESP,
69 **Guilherme Augusto Cirne de Toledo** representante da Companhia Energética de São Paulo –
70 CESP, **Sonia Aparecida Abissi Nogueira** Diretora Geral do Instituto Geológico – IG, e demais
71 convidados conforme lista de presença anexa. Assim, verificada a presença e a existência de
72 quórum o Presidente do Conselho, Doutor Mauro Guilherme Jardim Arce, cumprimentou a
73 todos, e colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior, referente ao dia 23 de
74 março de 2006. A referida ata foi aprovada, sem alterações ou objeções. No tocante ao item III
75 – Comunicações – constante na Ordem do Dia, o Senhor Rui Brasil Assis, Secretário Executivo
76 do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO, informou
77 que as indicações dos diversos colegiados ao FEHIDRO, referente ao exercício de 2006,
78 somaram, até aquele momento, 471 (quatrocentos e setenta e um) empreendimentos.
79 Comunicou também, que a partir do próximo exercício, o Banco Nossa Caixa - Nosso Banco,
80 deverá estar em plena atuação, na função de Agente Financeiro do Fundo. Neste sentido, o
81 Senhor Presidente aproveitou a oportunidade para agradecer ao Banespa pelo trabalho
82 realizado ao longo desses anos, como Agente Financeiro do referido Fundo. Dando
83 continuidade, foi destacado o item IV, da Ordem do Dia, que trata da Proposta de Emenda
84 Constitucional, que altera a titularidade das águas subterrâneas, denominada, também, PEC nº
85 43/2000. No tocante a esta questão, foi informado que, a Câmara Técnica de Águas
86 Subterrâneas – CTAS, após análise da matéria em foco, redigiu um parecer. Assim, tomando
87 por referência o trabalho citado, foi formalizada uma minuta de moção, dirigida ao Senado
88 Federal, objeto do item em foco. A minuta, em epígrafe, foi entregue e lida aos Conselheiros,
89 pelo Senhor Ricardo Daruiz Borsari. Após, o Senhor Paulo Bezerril Junior, representante do
90 segmento Sociedade Civil, do Instituto de Engenharia, apresentou parecer contrário à Moção,
91 fazendo um breve relato sob seu ponto de vista. Dentre suas considerações, apontou que o
92 entendimento de que a domínialidade das águas subterrâneas deva ser dos Estados é um
93 equívoco jurídico e também sob o ponto de vista técnico, pois desconsidera a
94 indissociabilidade do próprio ciclo hidrológico. Teceu, ainda, outros comentários pertinentes à
95 questão, inclusive, acerca do Aquífero Guarany, concluindo que, estava submetendo a referida
96 proposta de Emenda Constitucional, ao presente Conselho, dada a sua pertinência e
97 oportunidade, para a correta interpretação da Constituição, no que se refere a domínialidade
98 das águas subterrâneas. Com o objetivo de elucidar a questão, foi solicitado ao Senhor
99 Gerônimo Rocha, representante da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, esclarecimentos,
100 acerca da matéria. Neste sentido, o representante da Câmara Técnica explicou que, a
101 principal argumentação da justificativa de proposta de emenda é sanar uma dúvida de natureza
102 jurídica. Porque, segundo a proposta, a interpretação do artigo 26 da Constituição Federal de
103 1988, que inclui as águas subterrâneas, propicia essa dúvida jurídica. Ressaltou, outrossim,
104 que, esta dúvida jurídica, apontada pelos defensores da Emenda, existe, há 18 (dezoito) anos,
105 contudo, até o presente momento não se manifestou em nenhum lugar do país, nem nos
106 Estados e nem a nível Federal. Ressaltou, ainda, que a Emenda, citada, pretende,



**SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Secretaria Executiva

Rua Boa Vista, 170 - 11º andar - São Paulo/SP - CEP 01014-000 - Tel (011) 3293-8200

107 simplesmente, subtrair dos Estados o controle das águas subterrâneas. Destacou que, esse
108 controle e administração já não são fáceis pelo Estado, pois as águas subterrâneas são muito
109 diferentes das águas superficiais. As primeiras são extraídas por poços, que são em dezenas
110 de milhares, em cada Estado. Citando São Paulo, disse que a estimativa é de,
111 aproximadamente, quarenta mil poços. Argumentou, ainda que, fiscalizar isso, no dia a dia,
112 não é simples, nem para o Estado, quanto mais para a União, que passaria a cuidar de tudo.
113 Finalizou dizendo que, a proposta de Emenda é centralista, em favor da União e esconde
114 coisas que não estão na argumentação do ano 2000, como a cobrança pelo uso da água e
115 também a questão de pegar aquíferos grandes, como o aquífero Guarany, em oito Estados e
116 três países. O Senhor Waldemar Sandoli Casadei, representante do segmento Município e
117 Prefeito de Lins, apresentou seu entendimento, dizendo ser inaceitável a Emenda que se
118 pretende fazer. Salientou que a proteção de um aquífero, depende, exclusivamente, do uso e
119 ocupação do solo e que o ente federativo que responde por isso é o Estado, através do
120 adequado zoneamento junto com os Municípios. Advertiu, outrossim, que a fiscalização será
121 mais eficiente, se os problemas estiverem mais próximos do órgão fiscalizador. Lembrou,
122 também, que não há justificativa para esta alteração na Constituição. Após, o Senhor Miron
123 Rodrigues da Cunha, representante suplente do segmento Sociedade Civil, na categoria
124 Entidades Ambientalistas, expondo seu entendimento disse que o gerenciamento, quanto mais
125 próximo for estará mais próximo do real. Poranto, deveria ser compartilhado entre Estados e
126 Municípios. A Senhora Anícia Aparecida Baptistello Pio, representante do segmento Sociedade
127 Civil, na categoria Usuários Industriais dos Recursos Hídricos, em questão de ordem, lembrou
128 que constava na pauta, apenas a moção da Câmara Técnica. Pedindo a palavra, o Senhor
129 Paulo Bezerril Júnior, destacou que no tocante à fiscalização, sempre deverá ser
130 compartilhada. Advertiu, ainda que, com relação ao aquífero Guarani, por exemplo, mesmo o
131 Estado brasileiro tendo a maioria, a Presidência do Comitê está no Uruguai. Portanto, os
132 recursos vão para lá. Disse que, os demais países tomaram conta disso, porque o governo
133 brasileiro não tinha um representante que pudesse falar em nome do governo. Lembrando que,
134 naquela ocasião, participou e saiu de lá muito chateado, porque o Brasil não tinha acento e
135 quem dominou e ficou com todas as partes foi o Uruguai e a Argentina, sobrando para nós,
136 depois, a negociação, que é a Secretaria Executiva. Isto, porque não tinha um representante
137 forte da União, que se sentia tímida para ir representar, porque as águas subterrâneas não
138 pertenciam a este ente federativo. Neste momento, a Senhora Lúcia Bastos Ribeiro de Sena,
139 representante pelo Segmento Governo do Estado de São Paulo – suplente da Secretaria do
140 Meio Ambiente e representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e
141 Educação Ambiental - CPLEA, disse que como Coordenadora do Grupo Técnico - GT que
142 discute o estabelecimento de padrões para as águas subterrâneas, pode afirmar que não
143 surgiu, em momento algum, dúvida quanto ao fato de que, efetivamente, as águas
144 subterrâneas estão sob administração dos Estados. E continuou afirmando que, com relação
145 ao aquífero Guarani, também não é correto dizer que o Uruguai está com todo o dinheiro e
146 coordena. Existe recurso financeiro para desenvolvimento do projeto, que inclui todos os
147 países, e esta verba vem sendo aplicada de forma equânime e, resaltou que o coordenador do
148 projeto é representante brasileiro. Teceu outros comentários pertinentes à questão, inclusive
149 acerca de discussões em nível de Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Citou,
150 inclusive, outros Estados e advertiu acerca da fundamental importância do gerenciamento dos
151 recursos hídricos para os Estados, com respectiva autonomia. Finalmente, destacou que a
152 moção, a seu ver, é oportuna. Após o debate, a proposta de moção foi posta em votação,
153 tendo sido aprovada. O Senhor Paulo Bezerril Junior, fez constar seu voto contrário e a
154 integralidade da sua proposta, devidamente consignadas nas laudas taquigráficas. Após, o
155 Senhor Presidente colocou em discussão as Deliberações, segundo a Ordem do Dia.
156 Deliberação nº 062/2006, propondo aprovação do prazo de procedimentos para a elaboração
157 dos Planos de Bacias Hidrográficas. A referida Deliberação, foi apresentada pelo Senhor Rui
158 Brasil Assis, que esclareceu aos presentes, sobre as etapas para a implementação da
159 cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Salientou, dentre outras informações, que a legislação



**SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Secretaria Executiva

Rua Boa Vista, 170 - 11º andar - São Paulo/SP - CEP 01014-000 - Tel (011) 3293-8200

160 prevê que cabe ao CRH o estabelecimento de limites e condicionantes para a implementação
161 da cobrança. Ressaltou, ainda que, o DAEE e a CETESB deverão disponibilizar informações
162 para que os Comitês possam avaliar os dados, como por exemplo, quantos usuários estão
163 sujeitos à cobrança e a quantidade captada de água. Lembrou que a legislação prevê, que o
164 Comitê de Bacia deve ter o respectivo Plano. Destacou que o cronograma para a
165 implementação da cobrança, também estabelece outras providências, tais como: o Comitê que
166 tem o Plano de Bacia, os programas de investimentos quadrienais e o estudo dos coeficientes
167 ponderadores do impacto da cobrança na Bacia e proposição de preço unitário básico. Deverá
168 definir dentre outras deliberações, a implementação da cobrança e o percentual dos
169 investimentos a serem feitos na Bacia. Isso, deverá ser encaminhado ao plenário do CRH, para
170 que seja, devidamente, referendado, conforme disposição legal, observando-se os meses de
171 fevereiro, junho e outubro. As entidades básicas, como DAEE e CETESB, promoverão, por
172 Bacia Hidrográfica, a campanha de divulgação, por meio de publicação em jornais e o ato
173 convocatório, para que os usuários declarem informações de interesse referente ao cadastro.
174 Concluindo que, no final, com os dados validados e tendo sido emitido o Decreto do
175 Governador, pode ser emitido o boleto bancário e o dinheiro vai direto para a conta específica
176 do Comitê, que é a sub-conta da Bacia Hidrográfica. O Senhor Rui Brasil Assis, apresentou
177 todos os cálculos e parâmetros da fórmula da cobrança em tela, fazendo os esclarecimentos
178 relacionados à questão. Aberto o debate para a participação da plenária, o Senhor Presidente
179 questionou sobre os 50% (cinquenta por cento) de desconto para as empresas de saneamento,
180 conforme previsto na legislação. O Senhor Rui Brasil Assis, respondeu, detalhadamente, a
181 questão, esclarecendo em síntese, que a matéria está prevista no artigo 17, do Decreto.
182 Destacou, outrossim, que o início da cobrança é por meio da auto-declaração; após, segue o
183 procedimento normal de outorga e de licenciamento. Lembrou que, seguindo a seqüência,
184 cobra-se por um valor X, conforme demonstrado e emite-se o boleto. Passado isso, e se tiver
185 algo que não seja coberto, a todo tempo, o usuário está sujeito à fiscalização. Ressaltou que,
186 o(s) mesmo(s) só não sofrerá(ão) sanções, no período entre o protocolo das informações e o
187 ato de outorga. Com relação a este período, salientou que deverá ser estabelecido um prazo,
188 por meio da Resolução Conjunta, das duas Secretarias. No tocante ao artigo referido, teceu
189 outros comentários, com o objetivo de esclarecer e elucidar a questão aos presentes. Explicou,
190 por exemplo, sobre os documentos a serem apresentados, para se obter os descontos
191 apontados. O Senhor Waldemar Sandoli Casadei, questionou acerca da forma de arrecadação
192 e aplicação dos recursos. Em resposta o Senhor Presidente disse que os recursos seriam
193 investidos de acordo com o Plano de Bacia e, conseqüentemente, os projetos seriam para os
194 benefícios da Bacia. Ressaltou dizendo que os recursos arrecadados com a cobrança serão
195 somados à atual verba do FEHIDRO. Sendo que, o que for arrecadado na Bacia, por conta da
196 cobrança, ficará na respectiva Bacia e não estará sujeito ao rateio, da forma como é feito,
197 atualmente, pelo FEHIDRO. A Senhora Fabiana, representante do segmento Município, da
198 Prefeitura de Onda Verde e o Senhor João Carlos Forssell Neto, representante do segmento
199 Município, pela Prefeitura de Itanhaém, solicitaram reflexão, no tocante ao prazo referente ao
200 primeiro trimestre de 2008, para elaboração ou adequação de todos os Planos de Bacias.
201 Assim, o Senhor Rui Brasil respondeu que: "O próprio Comitê tem uma instância de suporte
202 técnico, que vai avaliar a implementação do Plano de Bacia. Pelo Estado, o CORHI tem de
203 fazer esse acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos e de todos os Comitês
204 de Bacia também.". Então, o Senhor Presidente destacou que por isso, houve tanto empenho
205 com relação às propostas de recursos para a elaboração dos Planos de Bacia. Segundo
206 proposta do Senhor Presidente, o prazo para apresentação dos Planos de Bacia foi corrigido
207 para até 30 de junho de 2008. O Senhor Marcelo Liochi, representando o Prefeito Clóvis Volpi,
208 do segmento Município, da Prefeitura de Ribeirão Pires, perguntou sobre o papel e a
209 participação dos Subcomitês no Plano de Bacia. O Senhor Presidente respondeu que se o
210 Comitê aprovar, estará aprovado. O Senhor Marcelo complementou dizendo que ainda havia
211 muito o que caminhar, no sentido de retirar a visão política-administrativa, para o modelo de
212 Bacia e a regionalidade, mesmo dentro dos Subcomitês. E perguntou se existiam planos de



**SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Secretaria Executiva

Rua Boa Vista, 170 - 11º andar - São Paulo/SP - CEP 01014-000 - Tel (011) 3293-8200

213 fortalecimento das Agências de Bacias e preocupação do sistema no tocante à questão. Citou
214 a Agência do Alto Tietê, como exemplo, dizendo não estar a mesma estruturada para atuar.
215 Mencionou, especificamente, o banco de dados integrados de outorga e cobrança e respectivo
216 valor, esclarecendo que os recursos atuais são, apenas, os do FEHIDRO. O Senhor Presidente
217 e o Senhor Ricardo Borsari ressaltaram que no tocante a esta questão, a experiência é única,
218 ou seja, a do Alto Tietê e que, agora, a referida Agência, está sob nova direção que tem a
219 função de sanear financeiramente a referida entidade, para que esta possa exercer as funções,
220 conforme disposição legal, à partir de 2007. O Senhor Marcelo colocou, ainda, suas
221 preocupações, no tocante à opção acerca da criação de Agências de Bacias, já que não existe
222 uma referência nesse sentido e levando-se em consideração que, a do Alto Tietê, não
223 conseguiu, até o presente momento, se estruturar adequadamente. O Senhor Presidente
224 respondeu que Cabe ao Comitê tomar a decisão. Frisando que, nesse sentido, deverá analisar
225 acerca da viabilidade de constituir uma Agência de Bacia. E sendo a decisão positiva, o Comitê
226 não poderá deixar de exercer seu papel, como fez o do Alto Tietê. Destacando que, a função
227 do Comitê de Bacia é de supervisionar o que está acontecendo na Agência. O Senhor Marcelo
228 indagou, ainda, se a aplicação do recurso da cobrança, seria na sub-bacia onde foi arrecadado
229 ou não. O Senhor Ricardo Borsari disse que seria aplicado, de acordo com o Plano de Bacia e
230 deliberação do Comitê. E o Senhor Marcelo perguntou se existe esta possibilidade, caso o
231 Comitê referende. E o Senhor Presidente respondeu que o Comitê é soberano para tomar essa
232 decisão. O Senhor Miron, representante suplente do segmento Sociedade Civil, na categoria
233 Entidades Ambientistas, pedindo a palavra, salientou que o sistema de recurso hídrico
234 nacional é uma das mais brilhantes invenções que já ocorreu nesse país, por ser democrático,
235 paritário e bem próximo da perfeição mas que como todo sistema merece algumas correções.
236 Destacou que as Agências de Bacia são executoras da política dos Comitês; e sugeriu a todos,
237 que fortaleçam os Comitês de Bacia e as Agências de Bacia. O Senhor Presidente concordou,
238 respondendo que a manifestação do Senhor Miron retrata, exatamente, aquilo que a lei definiu
239 como o sistema de recursos hídricos. Lembrou da dificuldade, mas salientou que é também
240 bastante gratificante. Neste sentido, fez menção aos Comitês que estão comemorando dez
241 anos de existência; ressaltando, o fantástico trabalho exercido por estes órgãos ao longo deste
242 anos. Findo os debates, o Senhor Presidente recapitulou os principais pontos das Deliberações
243 em foco. Após, as matérias foram colocadas em votação. As Deliberações nº 062 e 063/2006
244 foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, foi solicitado ao Senhor Luiz Fernando
245 Carneseca, Secretário Executivo do CORHI, que fizesse a apresentação da Deliberação nº
246 064/2006, correspondente ao item V, da Ordem do Dia, e que aprova a indicação ao FEHIDRO
247 dos empreendimentos de abrangência de interesse Estadual, para o exercício de 2006. Em
248 síntese, foi dito que dos valores constantes, deve-se observar que R\$ 4.000.000,00 foram
249 deliberados e destinados pelo COFEHIDRO no início de 2006, referente ao orçamento de
250 2006; R\$ 1.292.812,00, referente aos ajustes dos anos anteriores, por conta de
251 empreendimentos que não foram iniciados e R\$ 1.150.000,00 correspondem à
252 empreendimentos cancelados de 2006 e 2005. Somando-se perfaz-se o valor total de R\$
253 6.442.812,00. Ressaltou dizendo que, procurou-se indicar os empreendimentos de abrangência
254 estadual que observassem uma relação direta com as metas e prioridades definidas no Plano
255 Estadual de Recursos Hídricos 2004-2007, conforme deliberação desse próprio Conselho, ao
256 final do ano passado. Destacou que na definição das metas prioritárias e gerais, para serem
257 cumpridas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos, naquela ocasião, houve o entendimento
258 de que, uma das prioridades que as entidades básicas do CORHI deveriam estar atentas, seria
259 com relação ao fortalecimento institucional do sistema de informações, onde se pudesse fazer
260 a integração dos bancos de dados de outorga e de licenciamento. Após, o Senhor José Alberto
261 Gimenez, representante do segmento Município, Prefeito de Sertãozinho perguntou sobre o
262 terceiro projeto, de melhorias da estrutura de fiscalização do DAEE, pois queria saber para
263 onde vai esse recurso de R\$ 1.050.000,00. O Senhor Luiz Fernando Carneseca, explicou que
264 era a reapresentação do projeto de 2005. Esclareceu que à época buscava-se,
265 exclusivamente, a aquisição de veículos para a fiscalização. Complementou informando que, o



**SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Secretaria Executiva

Rua Boa Vista, 170 - 11º andar - São Paulo/SP - CEP 01014-000 - Tel (011) 3293-8200

266 projeto foi reformulado, contemplando outros equipamentos para a estrutura de fiscalização,
267 como GPS e equipamentos de informática. O Senhor Gimenez teceu comentários acerca
268 daquele projeto, em específico, argumentando que não era correto retirar recursos do
269 FEHIDRO, para aparelhar o DAEE. Entre suas considerações, destacou que o CORHI não
270 utilizou esses recursos, deixando parados quase R\$ 2,5 milhões, referentes ao exercício
271 anterior. Argumentando que, se esse recurso havia sido aprovado no ano passado, já deveria
272 ter sido usado; e que o CORHI deveria se ater à utilização dos R\$ 4 milhões que foram a ele
273 destinados neste ano. Por outro lado, o Senhor Presidente, o Senhor Ricardo Borsari e o
274 Senhor Rui Brasil, dentre outras observações, explicaram, que este tipo de procedimento não
275 era novidade, pois acontecia também com os Comitês, que cancelam empreendimentos e o
276 recurso é adicionado ao do ano em curso. E que, no entanto, o Conselho nunca questionou,
277 tampouco colocou óbice. A Senhora Lúcia Bastos Ribeiro de Sena, por sua vez, advertiu sobre
278 a importância do projeto em epígrafe, lembrando que a CETESB ou DAEE, precisam, de
279 determinados tipos de equipamentos que são importantes e necessários para o monitoramento
280 e fiscalização. Sugeriu, então, que se as regras tiverem que ser mudadas, que sejam alteradas
281 para o próximo exercício, pois no meio do caminho pode ser arriscado. O Senhor Marco
282 Antonio Vieira de Campos, representante do segmento Município, Prefeito de Iperó, em
283 questão de ordem, solicitou colocar em votação os demais projetos. E a Senhora Anícia,
284 representante do segmento Sociedade Civil, na categoria Usuários Industriais dos Recursos
285 Hídricos, lembrou que um debate era sobre o projeto número três e o outro acerca da regra
286 estabelecida. E se fosse modificada, também o fariam com a regra dos Comitês. O Senhor
287 Presidente, disse que essa última discussão era muito mais ampla e não constava na pauta.
288 Assim, procedeu-se a votação dos demais projetos, que foram aprovados. O Senhor Ricardo
289 Borsari, disse que em termos de manutenção, havia R\$ 2 milhões empregados na recuperação
290 de equipamentos, com dinheiro do Tesouro do Governo do Estado de São Paulo. E o Senhor
291 Rui Brasil dentre outras considerações, salientou que todos os anos anteriores foi se
292 estabelecendo, previamente, uma quota para cada Comitê ou para o CORHI. E que, à partir do
293 próximo exercício, previamente, deve-se ter uma proposta, cujo prazo para envio é 30 de
294 novembro, para todos os Comitês de Bacias. O Senhor Presidente explicou ainda, que no
295 projeto número três, 80% (oitenta por cento) eram para aquisição de veículos. O Senhor
296 Antonio Marcio Ragni de Castro Leite, representante do segmento Município, Prefeito de Ilha
297 Comprida, disse que o problema é que não se gastou o dinheiro, pois o DAEE não comprou o
298 que estava combinado, e destacou que era a favor da aprovação, inclusive do item três. E
299 complementou, ainda, ressaltando entre outros comentários que, seria importante olhar dois
300 anos à frente, pois, na reunião em foco, estão sendo aprovados e destinados veículos, que irão
301 auxiliar na criação dos cadastros de usuários, para que se possa viabilizar a cobrança pelo uso
302 da água. Entre outras observações, lembrou também, que deve-se ter um pouco de confiança,
303 apesar de ele concordar que, a princípio, não deveriam comprar veículos com essa verba.
304 Destacou que, neste caso, é importante abrir uma exceção e pensar um pouco mais à frente. E
305 estudar, para que se elimine esse problema no futuro. Assim, após votação, foi aprovada a
306 Deliberação nº 064/2006, para indicação ao FEHIDRO dos empreendimentos de abrangência
307 de interesse Estadual para o exercício de 2006. Com voto contrário do Senhor José Alberto
308 Gimenez, especialmente no item três, para compra de veículos, pelos motivos retro
309 mencionados. Após, foi apresentada pelo Senhor Marco Antonio, representando o CBH-
310 PARDO, a Deliberação nº 065/2006, que trata da homologação da Deliberação nº 004/2006, do
311 Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo, que estabelece áreas de restrição para captação e
312 controle temporário, para captação de águas subterrâneas, no Município de Ribeirão Preto. O
313 Senhor Presidente parabenizou a apresentação e o trabalho do Comitê de Bacia, pela Câmara
314 Técnica de Águas Subterrâneas e Saneamento e submeteu a Deliberação nº 065 à votação,
315 que foi aprovada com louvor. Outro assunto discutido foi a recomposição das Câmaras
316 Técnicas no CRH. O Senhor Luiz Fernando Carneseca, esclareceu que, algumas entidades da
317 Sociedade Civil, que participavam de determinadas Câmaras Técnicas, não haviam sido
318 reeleitas na última eleição. Portanto, não faziam mais parte do Conselho, provocando a



**SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Secretaria Executiva

Rua Boa Vista, 170 - 11º andar - São Paulo/SP - CEP 01014-000 - Tel (011) 3293-8200

319 necessidade de recomposição das Câmaras. Assim, estabeleceu-se o prazo de quinze dias,
320 para que as novas entidades da Sociedade Civil encaminhem para a Secretaria Executiva seu
321 interesse em participar. O Senhor Antonio Marcio, Prefeito Municipal de Ilha Comprida,
322 solicitou, também, reestruturação pelo segmento dos Prefeitos. A Senhora Solange Guerra
323 Bueno, representante do Segmento Governo do Estado de São Paulo, pela Secretaria da
324 Juventude, Esporte e Lazer - SJEL, solicitou integração na Câmara Técnica de Educação
325 Ambiental. A Senhora Anícia indagou acerca da composição das Câmaras Técnicas, pois,
326 tendo em vista a cobrança, talvez, fosse o momento oportuno para esta discussão, inclusive,
327 sobre a possibilidade de criação de outra Câmara Técnica, específica da cobrança. Neste
328 sentido, o Senhor Rui Brasil Assis, lembrou que poder-se-ia abrir uma discussão específica
329 para o caso, com uma demanda para a Câmara Técnica Jurídica Institucional; abrindo, assim,
330 o convite para uma reunião de discussão. Na finalização dos trabalhos, o Senhor João Carlos
331 Forssell, citando o item aprovado para construção, pelo DAEE de uma Centro de Estudos,
332 solicitou que este fosse no Município de Itanhaém, pois lá já havia um Centro de Pesquisas
333 que foi aprovado com verbas FEHIDRO, tendo já, inclusive, parceria com o Governo do Estado
334 de São Paulo, onde o Município ministra cursos de técnico de meio ambiente, técnico de
335 saneamento básico e de recursos hídricos. Após, o Senhor Marcelo Beserra, representante do
336 Segmento Sociedade Civil, na categoria Entidades de Defesa dos Interesses Difusos dos
337 Cidadãos, tendo em vista alteração do agente financeiro do FEHIDRO, sugeriu seguirem o
338 exemplo do Poder Judiciário - RJ, procurando os bancos com melhores rendimentos. O Senhor
339 Presidente esclareceu, então, que em São Paulo não poderiam, mas procuravam buscar a
340 melhor taxa. O Senhor Miron encaminhou justificativa de ausência da titular da Fundação SOS
341 Pró-Mata Atlântica à Secretaria Executiva e um protesto contra a construção de barragens no
342 Cerro Azul no Paraná e no Ribeira de Iguape. Assim, tendo sido cumprida a Ordem do Dia, o
343 Senhor Presidente, Dr. Mauro Guilherme Jardim Arce, agradeceu a todos e declarou a reunião
344 encerrada. A presente ata é um resumo das laudas taquigráficas da reunião.

345
346

347 **MAURO GUILHERME JARDIM ARCE**
348 PRESIDENTE

349
350 **RICARDO DARUIZ BORSARI**
351 SECRETÁRIO EXECUTIVO

352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368

amg/lfc